

# Entre Transições


Retrospectivas – Transversalidades – Perspetivas

Coordenação de Maria Assunção Gato e Pierre Guibentif

dinamia  
'cet \_iscte



**FCT**  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



**Título:** Entre Transições: Retrospectivas – Transversalidades – Perspetivas

**Coordenação:** Maria Assunção Gato e Pierre Guibentif

**Co-organizadores:** Alexandra Saraiva, Andrea Pavoni, Maria Inês Gameiro, Nuno Bento, Patrícia Bento d’Almeida, Dinamizadores das Linhas Temáticas Integradoras do DINÂMIA’CET-Iscte

**Revisão de inglês:** Mariana Leite Braga

**Design gráfico:** Bruno Vasconcelos

**Fotografia:** Pawel Czerwinski on Unsplash

**Edição:** DINÂMIA’CET-Iscte, 2022

**ISBN:** 978-989-781-615-4

# ÍNDICE

<b>Agradecimentos</b>	I
<b>DINÂMIA'CET-Iscte - Breves notas de um percurso</b>	II
<b>Introdução</b>	7
<b>Desafios num quotidiano em MUTAÇÃO</b>	15
<b>Trabalho digital, tempo de trabalho e teletrabalho – efeitos e desafios pós-pandemia COVID-19</b> <i>Glória Rebelo</i>	17
<b>Práticas Espaciais Digitalmente Mediadas: conceptualização e problematização das práticas espaciais dos trabalhadores de plataformas de Ride-Sharing e Food-Delivery</b> <i>Nuno Rodrigues, Pedro Costa</i>	26
<b>Desafios da SUSTENTABILIDADE</b>	35
<b>Challenges and opportunities of decarbonization for the economic recovery post-pandemic: The question of directionality in innovation policies</b> <i>Nuno Bento, Margarida Fontes, Juliana Barbosa, Ricardo Paes Mamede</i>	37
<b>Public policies and environmental sustainability. The case of Portugal 2020</b> <i>Eduardo Medeiros</i>	61
<b>Compras públicas sustentáveis em Portugal: estudo exploratório do sistema de aquisição escolar</b> <i>Maria de Fátima Ferreira, Sofia Bizarro, Isabel Salavisa</i>	71
<b>O Sistema Alimentar e a Pandemia Covid-19</b> <i>Isabel Salavisa, Maria de Fátima Ferreira, Sofia Bizarro</i>	83
<b>Desafios do CONHECIMENTO e da REGULAÇÃO</b>	95
<b>Hastening Science: Reflectindo sobre o processo científico em tempos pandémicos</b> <i>Patrícia André, Carolina Neto Henriques, Nuno Dias</i>	97
<b>O lugar da fraude financeira</b> <i>Mariana Mortágua</i>	121
<b>A massificação do ensino superior: Novas missões e novos desafios</b> <i>Fátima Suleman</i>	136
<b>Desafios regulatórios da digitalização e da automação</b> <i>Maria Eduarda Gonçalves</i>	141
<b>Desafios das SOCIEDADES COMPLEXAS e seus TERRITÓRIOS</b>	155
<b>Acknowledging the multidimensionality of value creation in cultural activities: an impact self-assessment toolkit</b> <i>Pedro Costa, Elisabete Tomaz, Margarida Perestrelo, Ricardo V. Lopes</i>	157
<b>“Black Swans, ‘The Day After’ and Territorial Development Planning: Learning from ‘Revisiting’ Experimentalism in CET and D’C Research Projects”</b> <i>José Manuel Henriques</i>	173
<b>Transversalidades e Perspetivas</b>	191
<i>Pierre Guibentif e Assunção Gato</i>	
<b>Sessão de tributo a MARIA JOÃO RODRIGUES e a ISABEL GUERRA</b>	199
<b>Tributo a Maria João Rodrigues</b> <i>Isabel Salavisa</i>	201
<b>Is Europe shaping the digital transformation?</b> <i>Maria João Rodrigues</i>	209
<b>Tributo a Isabel Guerra</b> <i>Madalena Matos e Teresa Costa Pinto</i>	216
<b>As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas</b> <i>Isabel Guerra</i>	220

# A massificação do ensino superior: Novas missões e novos desafios

Fátima Suleman

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET-Iscte  
[fatima.suleman@iscte-iul.pt](mailto:fatima.suleman@iscte-iul.pt)

## Resumo

Este trabalho incide sobre as motivações económicas e não económicas relacionadas com a expansão do ensino superior. A literatura analisada indica que o ensino superior tem duas grandes missões. A primeira parte da teoria do capital humano e reconhece o papel do ensino superior para preparar mão-de-obra qualificada e resolver problemas de competências das organizações. Na mesma linha de preparação dos indivíduos, uma outra proposta, inspirada na educação holística, acrescenta o crescimento dos estudantes como pessoas social e eticamente responsáveis numa sociedade democrática. Uma visão meramente instrumental confronta-se com uma perspetiva de complementaridade entre especialização profissional e cidadania. A segunda missão suporta-se na sociologia do ensino superior e explica a expansão como uma resposta à procura social de educação. As famílias investem em educação para ascender, ou manter, a posição social. Conclui-se que o ensino superior tem um papel limitado na resolução de défices de competências e na redução de desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** massificação do ensino superior, economia da educação, educação holística, sociologia do ensino superior.

## Introdução

As instituições de ensino têm experimentado mudanças multifacetadas nas últimas décadas, em especial no contexto de massificação. Estão não apenas pressionadas para fornecer aos diplomados competências que se adaptam aos imperativos económicos e reduzir défices de competências com que os empregadores se confrontam (COM, 2017; Sin & Amaral, 2017), mas também para contribuir ativamente para o desenvolvimento social e económico. A preparação de diplomados para o emprego e para uma transição fácil para o mercado de trabalho tornou-se assim uma missão central do ensino superior (Boden & Nedeva, 2010). Esta missão concretiza-se através do conceito de empregabilidade, ou seja, a capacidade para obter e manter um emprego, que se tornou o conceito central da agenda política do ensino superior. Questiona-se então se existe um consenso em torno desta missão ou se estão a ser discutidas propostas alternativas.

Este trabalho discute essas perspetivas através de uma análise da literatura que incide sobre

explicações económicas e não económicas para a expansão do ensino superior. Enquanto os argumentos de natureza económica vão no sentido de responder a necessidades de competências da economia, outros autores apontam para uma resposta mais abrangente que não se limite à preparação técnica de mão-de-obra. São, por um lado, críticos de uma missão meramente instrumental, que visa servir fins exclusivamente económicos tal como emergiu da teoria do capital humano (Becker, 1964). E, por outro lado, inspirados na sociologia do ensino superior, apelam para o desenvolvimento do carácter, de cidadania, da cultura, mas igualmente de preparação para o trabalho (Gumport, 2007). Introduzem, por isso, designações como *estudante completo* (Quinlan, 2011, *whole student*) ou cidadão profissional (Doherty, 2011, *citizen professional*) para ilustrar a complementaridade entre competências profissionais e outros atributos necessários para viver em sociedade.

Este trabalho parte dos argumentos teóricos do capital humano quer sobre a missão do ensino superior num contexto de expansão, quer sobre as capacidades e competências a desenvolver, e confronta-os com argumentos de outras ciências sociais.

## 1. Expansão do ensino superior: motivações económicas e não-económicas

O argumento dominante da teoria do capital humano é que uma mão-de-obra qualificada é um motor do crescimento económico (Denison, 1962; Romer, 1990) e de diferenças salariais no mercado de trabalho (Mincer, 1962; Becker, 1964). Esta literatura económica tratou a educação como um investimento que envolve tanto custos (diretos e indiretos) como benefícios (rendimentos). Embora controverso, o conceito de capital humano tornou-se plenamente aceite e está relacionado com a ideia de que as pessoas investem em si próprias de diversas formas para aceder a futuros retornos monetários e não monetários (Blaug, 1976). Retoma o conceito de escolha racional e aplica-o aos investimentos na educação, através do qual os indivíduos decidem se preferem ganhar um rendimento imediato ou adiar a sua entrada no mercado de trabalho e receber, no futuro, salários mais elevados. Neste contexto, um agente económico racional considera os custos e benefícios das suas preferências.

A expansão do ensino superior é assim uma resposta a este argumento, e visa resolver problemas imediatos de competências e prever necessidades futuras (COM, 2017). No essencial é motivada pela oferta de uma mão-de-obra qualificada, flexível e adaptável para apoiar os empregadores a permanecerem competitivos no mercado global (Keep & Mayhew, 1996). Os anos de escolaridade permitem adquirir conhecimentos e capacidades que serão úteis e valorizados no mercado de trabalho.

Investigadores de outras ciências sociais argumentam que existem outras motivações para a expansão da educação de nível superior e rejeitam o pressuposto de que esta seja orientada pela procura de mão-de-obra qualificada e pelos retornos da educação (Marginson, 2016). O autor argumenta que a expansão é uma resposta à procura social de educação, uma vez que as famílias investem no ensino superior para ascender ou manter a sua posição social. Sublinha que a educação é um bem que permite posicionar o indivíduo na hierarquia social.

De facto, o tema da desigualdade surgiu na sociologia da educação desde a pesquisa pioneira de Clark (1973), que desafiou os argumentos económicos dos investimentos introduzidos

pela teoria do capital humano. A desigualdade educacional está ligada a outras questões sociológicas, nomeadamente a estratificação social (Marginson, 2016) e a intenção política de facilitar o acesso ao ensino pós-secundário a grupos sociais desfavoráveis (Gumpert, 2007). Meyer et al. (2007) acrescentam que a expansão visa criar oportunidades de educação a categorias geralmente excluídas do ensino superior, nomeadamente mulheres em países onde a taxa de participação feminina no ensino superior é baixa.

Em suma, enquanto a economia da educação sublinha a oferta de uma mão-de-obra qualificada e um mecanismo para garantir sucesso no mercado de trabalho, a sociologia do ensino superior mostra que a expansão constitui uma resposta à procura de educação por parte das famílias e das categorias sociais sub-representadas da população. Neste contexto, os economistas argumentam que a educação tenta transformar indivíduos em trabalhadores produtivos, enquanto os sociólogos admitem que a educação permite reduzir a desigualdade na sociedade.

## 2. Ensino superior: uma fonte de aquisição de competências e outros atributos

### 2.1. Empregabilidade: uma missão central do ensino superior

A teoria do capital humano abriu também espaço para uma reflexão sobre capacidades que tornam os indivíduos mais produtivos. Limitou-se quer à ideia abstrata de capacidades, quer à oferta dessas capacidades produtivas. Uma outra literatura económica está particularmente preocupada com o ajustamento das capacidades adquiridas às exigências do emprego. O ajustamento entre a educação adquirida e exigida é um tema chave para compreender o debate atual sobre a empregabilidade dos jovens, incluindo os diplomados. Reabre a discussão sobre a relação entre educação e mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao ensino superior.

A preocupação com a transição do sistema educativo para o trabalho e a empregabilidade dos diplomados reduziu a relevância da teoria do capital humano. A agenda da empregabilidade baseia-se mais especificamente na teoria da afetação ao emprego (*assignment*) de Sattinger (1993) e nos argumentos de ajustamento (*matching*) de Jovanovic (1979).

Sattinger chamou a atenção para a questão da afetação ao emprego e como esta influencia a produtividade e a distribuição dos salários. O rendimento da educação varia de acordo com o emprego ocupado, podendo o trabalhador estar sobre- ou sub- escolarizado relativamente às exigências do emprego. Este fenómeno decorre da heterogeneidade dos empregos, os quais envolvem uma variedade de tarefas.

Do seu lado, Jovanovic chamou a atenção para a rotação de emprego e procura explicar as razões que levam certos trabalhadores a mudar de emprego. Sublinha que essas mudanças estão relacionadas com as preferências dos mesmos por certos empregos em detrimento de outros, escolhendo aqueles em que a sua produtividade é mais elevada.



Os pressupostos centrais destes contributos teóricos são:

- A produtividade dos trabalhadores varia nas diferentes tarefas que executam e como tal a qualidade da afetação é essencial;
- Nem todos os conhecimentos e competências adquiridos na escola são igualmente produtivos;
- Os empregadores podem contratar numa base individual e oferecer salários mais elevados a trabalhadores que apresentem competências exigidas pelo emprego;
- Todavia, a informação sobre empregos é imperfeita tanto para empregadores como para trabalhadores.

Em última instância, os dois modelos partilham um argumento comum: a afetação ao emprego e os salários dependem da qualidade do ajustamento entre o trabalhador e o emprego. Os problemas do mercado de trabalho são, portanto, o resultado de um desajustamento.

Estas contribuições influenciaram não só a agenda da investigação, mas também a agenda da política de educação, especialmente a do ensino superior. A tese do ajustamento influenciou a reforma do sistema de ensino superior e suscitou a questão da utilização das competências adquiridas na escola. Os argumentos relacionados com o ajustamento/afetação colocaram a empregabilidade como a principal missão do ensino superior e sublinham que os empregadores encaram a empregabilidade como sinónimo de candidatos prontos-a-trabalhar (Mason, Williams & Cranmer, 2009). Os estudos empíricos exploraram o impacto que o excesso (ou défice) de educação tem nos rendimentos e noutros fenómenos do mercado de trabalho (ver McGuinness, 2006 para uma revisão da literatura). Outros exploraram a relação entre salários e (des)ajustamento de competências (García-Aracil & van der Velden, 2008). Neste contexto, os estudantes devem adquirir certas competências que irão garantir o sucesso no mercado de trabalho.

McQuaid & Lindsay (2005) designaram criticamente esta perspetiva de *ortodoxia da oferta*, na medida em que sublinha a capacidade e responsabilidade individual de adquirir competências e outros atributos que ajudam a aceder a um emprego, a mantê-lo, ou a encontrar outro (Hillage & Pollard, 1998). Esta definição de empregabilidade responde à missão do ensino superior de satisfazer os requisitos de competências dos empregadores no contexto da massificação (Sin & Amaral, 2017). Empregabilidade é assim sinónimo de posse de determinadas competências, as designadas de competências para a empregabilidade (*employability skills*).

Todavia, garantir a empregabilidade é mais complexo que transmitir competências. Por um lado, não existe um consenso alargado sobre o conjunto de competências para a empregabilidade (Suleman, 2018). Por outro lado, é necessário considerar fatores do lado da procura que podem reduzir essa habilidade para aceder ao emprego. Por exemplo, Saar *et al.* (2014) mostram que os empregadores classificam os candidatos a partir das instituições de ensino superior onde estes se formaram. Além disso, tendem a associar certas qualidades pessoais a essas mesmas instituições. Assim sendo, certos graduados têm uma baixa empregabilidade devido à perceção negativa dos empregadores sobre algumas instituições de ensino superior.

## 2.2. Estudante completo: uma nova missão do ensino superior

Um outro debate que parte da teoria do capital humano incide sobre as competências que o ensino superior deve transmitir aos diplomados. Recorde-se que o pressuposto central da teoria é que os indivíduos adquirem capacidades úteis, mas sem especificar essas capacidades. Os sociólogos da educação pretenderam avançar neste sentido e, para tal inspiraram-se na contribuição filosófica da educação holística (Miller 2000).

Gumport (2007) sublinha que ensino superior influencia o carácter, crenças e pensamentos dos estudantes. Contribui, não só para cultivar a cidadania e a literacia cultural, mas também para preparar mão-de-obra qualificada. Outros autores sugerem o desenvolvimento de um *estudante completo* (Quinlan, 2011) ou *cidadão profissional* (Doherty, 2011) para destacar uma combinação entre especialização profissional, cidadania, e responsabilidade pessoal e social necessárias para abordar os problemas da sociedade ao nível do ensino superior. Através da noção de desenvolvimento integral do estudante, Quinlan pretendeu chamar a atenção para o facto de um diploma envolver a aprendizagem de conhecimentos e competências académicas, nomeadamente capacidades cognitivas, mas também para a necessidade de os estudantes crescerem como pessoas e ganharem maturidade emocional e moral. Sublinha que os traços morais e éticos incluem empatia, tolerância, cuidado com os outros, capacidade de amizade, honestidade, fiabilidade, sinceridade, confiança e integridade. Isto significa que o ensino superior deve ajudar os estudantes a desenvolver os seus valores e o sentido de si próprio, identidade e propósito. Numa mesma linha, Doherty (2011) sugere o cidadão profissional e define-o como alguém que combina cidadania com especialização profissional; esta combinação é crucial para lidar com problemas comunitários nos quais todas as pessoas devem estar envolvidas.

Estes contributos revelam o desconforto relativamente à missão de empregabilidade, uma vez que esta desvaloriza o objetivo das instituições de ensino superior de promover o crescimento dos estudantes como pessoas social e eticamente responsáveis numa sociedade democrática. Contudo, Sen (1997) sublinhara já que estas perspetivas são adicionais e cumulativas e não alternativas. Como se verifica, as propostas de Quinlan e Doherty para o ensino superior apontam no sentido de uma complementaridade entre a empregabilidade (componente instrumental) e cidadania e responsabilidade social (componente moral e ética).

## 3. Algumas notas conclusivas

O debate sobre a missão do ensino superior deve ser inserido nas discussões gerais sobre o crescimento das desigualdades e na relação entre a massificação e iniciativas para aumentar a participação. Esta reflexão contribui especialmente para equacionar os desafios da regulação e governança nas sociedades contemporâneas, colocando o enfoque quer no papel do ensino superior na construção de competências, quer no combate e redução das desigualdades sociais.

A literatura analisada indica que o ensino superior tem duas grandes missões. A primeira coloca o enfoque na resposta ao sistema produtivo, mas abre espaço à discussão sobre o que deve o ensino superior transmitir. Esta considera argumentos de eficiência em que ensino superior



é responsável por tornar os indivíduos mais produtivos (capital humano) ou prontos para o trabalho (ajustamento/afetação). Estas últimas apontam para uma relação muito estreita entre ensino superior e mercado de trabalho.

No que respeita ainda à transmissão de capacidades, há a sublinhar as designações de *estudante completo* ou *cidadão profissional*, que propõem uma combinação entre especialização profissional e outros atributos mais abrangentes, ou seja, o ensino superior deve transformar os estudantes e aumentar a sua consciência de cidadania, literacia cultural, e valores éticos. Esta proposta é essencialmente normativa e aponta para complementaridade e não uma substituição (Sen 1997).

A outra missão desvaloriza o conteúdo e abre o debate para questões de natureza social, designadamente de igualdade de oportunidades e mobilidade social. A procura de educação por parte das famílias (Marginson, 2016) e o acesso alargado a todos os grupos sociais (Meyer et al. 2007) explicam a expansão do ensino superior.

Esta discussão suscita uma questão final: em que medida o ensino superior tem conseguido cumprir estas diferentes missões? Não existem respostas definitivas, mas desafios que merecem reflexão profunda. Por um lado, apesar da oferta de diplomados no mercado de trabalho, ou até de excesso de diplomados, os empregadores enfrentam défices de competências e dificuldades de recrutamento. Quer isto dizer que não existe uma resposta adequada para as necessidades de competências da economia. Por outro lado, existem barreiras sociais que impedem o acesso e reduzem os benefícios dos investimentos em ensino superior. Em última instância, o ensino superior tem um papel limitado na redução de desigualdades. Devemos sublinhar que o ensino superior pode ajudar a mitigar défices e promover a igualdade de oportunidades. Contudo, há múltiplos fatores que comprometem o sucesso dessas missões.

## Referências

- Becker, G.S. (1993). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 3<sup>rd</sup> Edition. 1<sup>st</sup> Edition 1964 by National Bureau of Economic Research (NBER).
- Blaug, M. (1976). The empirical status of human capital theory: A slightly jaundiced survey. *Journal of Economic Literature*, 14(3), 827–55.
- Boden, R. & Nedeva, M. (2010). Employing discourse: universities and graduate ‘employability’. *Journal of Education Policy*, 25(1), 37–54.
- Clark, B.R. (1973). Development of the sociology of higher education. *Sociology of Education*, 46(1), 2–14.
- COM (2017). *Communication from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. On a Renewed EU Agenda for Higher Education*. Brussels: European Commission.
- Denison, E.F. (1962). *The Sources of Economic Growth in the United States and the Alternatives before Us*. New York: Committee for Economic Development.
- Doherty, W. J. (2011). *Citizen Professional: The Term and a Story*. Available: <https://democracyu.wordpress.com/2011/12/27/citizen-professional-the-term-and-a-story/>, accessed at 23<sup>rd</sup> October 2018.
- García-Aracil, A. & der Velden, R. van der (2008). Competencies for young European higher education graduates: labor market mismatches and their payoffs. *Higher Education*, 55(2): 219–239.
- Gumport, P.J. (ed.) (2007). *Sociology of Higher Education. Contributions and Their Contexts*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Hillage, J. & Pollard, E. (1998). Employability: developing a framework for policy analysis. *Research Brief*, 85. London: Department for Education and Employment.
- Jovanovic, B. (1979). Job matching and the theory of turnover. *Journal of Political Economy*, 87(5), 972–990.
- Keep, E., & Mayhew, K. (1996). Economic demand for higher education—a sound foundation for further expansion?. *Higher Education Quarterly*, 50(2), 89-109.
- Marginson, S. (2016). The worldwide trend to high participation higher education: dynamics of social stratification in inclusive systems. *Higher Education*, 72, 413–434.
- Mason, G., Williams, G. & Cranmer, S. (2009). Employability skills initiatives in higher education: what effects do they have on graduate labour market outcomes? *Education Economics*, 17(1), 1–30.
- McGuinness, S. (2006). Overeducation in the labour market. *Journal of Economic Surveys*, 20(3), 387–417.
- McQuaid, R.W. & Lindsay, C.D. (2005). The concept of employability. *Urban Studies*, 42(2), 197–219.

Miller, R. (2000). Beyond reductionism: The emerging holistic paradigm in education. *The Humanistic Psychologist*, 28(1-3), 382–393.

Meyer, J.W., Ramirez, F.O., Frank, D.J. & Schofer, e. (2007). Higher education as an institution. In P.J. Gumpert (ed.) (2007). *Sociology of Higher Education. Contributions and Their Contexts* (pp 187–221). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Mincer, J. (1962). On-the-job training: costs, returns, and some implications. *The Journal of Political Economy*, 70(5), 50–79.

Quinlan, K.M. (2011). *Developing the Whole Student: Leading Higher Education Initiatives that Integrate Mind and Heart*. UK: Oxford Learning Institute, University of Oxford, Stimulus Paper.

Romer, P.M. (1990). Endogenous technological change. *The Journal of Political Economy*, 98(5), S71–S102.

Saar, E., Unt, M., Helemäe, J., Oras, K. & Täht, K. (2014). What is the role of education in the recruitment process? Employers' practices and experiences of graduates from tertiary educational institutions in Estonia. *Journal of Education and Work*, 27(5), 475–495.

Sattinger, M. (1993). Assignment models of the distribution of earnings. *Journal of Economic Literature*, 31(2), 831–880.

Sen, A. (1997). Editorial: human capital and human capability. *World Development*, 25(12), 1959–1961.

Sin, C. & Amaral, A. (2017). Academics' and employers' perceptions about responsibilities for employability and their initiatives towards its development. *Higher Education*, 73, 97–111.

Suleman, F. (2018). The employability skills of higher education graduates: insights into conceptual frameworks and methodological options. *Higher Education*, 76, 263–278.